



2T25

divulgação de resultados

OIBR

B3 LISTED N1

DESTAQUES DAS OPERAÇÕES BRASILEIRAS NO 2T25

- Oi S.A. registrou receita consolidada de R\$684 milhões no 2T25** nas operações continuadas, sendo 50% representado por Oi Soluções, 39% vindo das subsidiárias nacionais e apenas 11% nas operações do legado e atacado.
 - As receitas de TIC seguem ganhando relevância no portfolio de Oi Soluções, especialmente *cloud* e *UC&C*, com crescimento de 11% e de 22% A/A, respectivamente.
 - 2T25 foi o primeiro trimestre completo no novo modelo operacional, quando as receitas das subsidiárias obtiveram crescimento de 67% A/A.
 - No legado, a migração de clientes para soluções digitais e a desmobilização das redes baseadas na tecnologia de cobre já representam economias de custos próximas a R\$1,4 bilhão acumuladas desde o ano passado.
- A dívida bruta a valor justo, de R\$ 11,2 bilhões**, manteve-se estável em relação ao trimestre anterior. Por mais um trimestre a companhia obteve o apoio dos credores com vistas a preservar a liquidez na companhia, através da capitalização de 100% dos juros de jun/25 relativas às Notas Sênior e às Debêntures 13ª emissão, ambas de vencimento 2027.
- Manutenção da estratégia de otimização dos recursos** contribui para a continuidade da redução do OPEX e do Capex no comparativo anual em, respectivamente, 64,6% e de 70,1%.

RECEITA OPERAÇÕES
R\$684 milhões

DÍVIDA BRUTA
[Valor Justo]
Estável T/T

CAPEX + OPEX
-64,9% A/A

INFORMAÇÕES SOBRE AS OPERAÇÕES CONTINUADAS BRASILEIRAS

No segundo trimestre de 2025, os resultados da Companhia já não contemplam as receitas e despesas das operações das UPIs ClientCo e TV, uma vez que a conclusão da venda de ambas aconteceu em fevereiro deste ano.

No entanto, mantemos a tabela abaixo a fim de facilitar a comparação dos resultados atuais com os do 1T25 e 2T24 de forma pro forma. Mais informações sobre Ativos Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas na nota explicativa 28 do ITR.

<i>R\$ mi</i>	2T25	2T24	Δ A/A	1T25	Δ T/T
Receita Líquida Nova Oi	684	832	-17.7%	631	8.4%
EBITDA de Rotina	(98)	97	-200.4%	(250)	-60.8%
<i>Margem EBITDA de Rotina</i>	-14.3%	11.7%	(26 p.p.)	-39.6%	25 p.p.
Capex	41	28	44.7%	43	-5.1%
EBITDA de Rotina - Capex	(139)	32	-528.9%	(293)	-52.6%

RECEITA LÍQUIDA

R\$ mi	2T25	2T24	Δ A/A	1T25	Δ T/T
Brasil	684	2.119	-67,7%	1.434	-52,3%
Nova Oi	684	832	-17,7%	631	8,4%
Oi Soluções	342	449	-23,7%	371	-7,6%
Subsidiárias Nacionais	267	160	66,8%	166	61,0%
Legado & Atacado	74	222	-66,5%	94	-21,1%
Operações Descontinuadas	(1)	1.287	-100,0%	803	n/a
Operações Internacionais	30	26	15,8%	45	-34,2%

A receita líquida consolidada da Oi totalizou R\$684 milhões no 2T25, sendo o primeiro trimestre completo sem as receitas provenientes das operações de Fibra e TV. Nos demais trimestres apresentados no quadro acima, essas receitas ainda estavam presentes, o que compromete a comparabilidade tanto na análise trimestral quanto na anual para a receita total. A receita consolidada das operações continuadas no Brasil, no entanto, mostra uma elevação de 8,4% no comparativo sequencial, principalmente em função da evolução das receitas das subsidiárias nacionais.

OI SOLUÇÕES

R\$ mi	2T25	2T24	Δ A/A	1T25	Δ T/T	6M25	6M24	Δ A/A
Oi Soluções	342	449	-23,7%	371	-7,6%	713	923	-22,7%
TIC	116	130	-10,8%	127	-9,1%	243	269	-9,5%
% TIC	33,8%	28,9%	5 p.p.	34,4%	(1 p.p.)	34,1%	29,1%	
Telecom	197	252	-21,9%	206	-4,5%	403	514	-21,7%
Outras	30	67	-55,7%	37	-20,0%	67	140	-52,1%

Nota: 1) Telecom: serviços ou soluções de conectividade, com foco no acesso, disponíveis no portfólio, 2) Outras: serviços ou soluções descontinuados do portfólio e com contratos ativos de clientes.

A Oi Soluções, unidade de negócios voltada ao mercado corporativo, tem passado por um processo de transformação significativo no perfil de suas receitas. Tradicionalmente concentrada em serviços de conectividade baseados em infraestrutura de cobre e voz fixa, a companhia tem redirecionado seu foco para soluções de maior valor agregado, especialmente em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

No 2T25, a receita líquida da Oi Soluções totalizou R\$342 milhões, o que representa uma queda de 23,8% em relação ao 2T24 e de 7,7% frente ao 1T25. Esse desempenho reflete, sobretudo, o impacto da transformação mencionada acima, seja pela diminuição da base de clientes, seja pela menor utilização dos serviços tradicionais ainda ativos. Adicionalmente, a companhia mantém uma postura comercial mais seletiva, priorizando contratos com maior rentabilidade, o que contribui para a retração das receitas totais.

As receitas com serviços de TIC - que englobam soluções de *cloud computing*, segurança da informação, serviços gerenciados e comunicação unificada - seguem ganhando relevância dentro do portfólio. No 2T25, essas receitas somaram R\$116 milhões, representando cerca de 34% do total da receita da Oi Soluções. Esse percentual evidencia uma mudança no mix de receitas da companhia, alinhada à sua estratégia de se consolidar como uma integradora de soluções digitais para empresas e órgãos públicos.

Nos últimos três meses, a Oi Soluções venceu licitações e firmou contratos que somam aproximadamente R\$62 milhões em novas receitas, especialmente no segmento de *cloud computing*. Esses projetos envolvem desde a migração para ambientes de nuvem híbrida ou pública até a gestão de ambientes *multicloud* e a implementação de soluções de *backup* e *disaster recovery*. As iniciativas contemplam tanto empresas privadas quanto órgãos públicos, demonstrando a capilaridade e a flexibilidade da companhia em atender diferentes perfis de clientes.

OPERAÇÕES DAS SUBSIDIÁRIAS NACIONAIS

R\$ mi	2T25	2T24	Δ A/A	1T25	Δ T/T
Subsidiárias Nacionais	267	160	66,8%	166	61,0%

A receita líquida das subsidiárias nacionais alcançou R\$267 milhões no 2T25, registrando crescimento de 66,8% no A/A e de 61,0% no T/T. Após o fechamento da venda da UPI ClientCo, receitas que antes compunham operações intra grupo passaram a compor o novo consolidado da Oi. Soma-se a isso, a contratação dos serviços de BPO da recém-criada Oi Services pela ClientCo. As subsidiárias vêm assumindo um papel estratégico, com potencial de crescimento e de contribuição para a diversificação das receitas da Nova Oi.

OPERAÇÕES NÃO-CORE – Legado e Atacado

R\$ mi	2T25	2T24	Δ A/A	1T25	Δ T/T
Legado & Atacado	74	222	-66,5%	94	-21,1%

A receita líquida dos serviços legados e do atacado totalizou R\$74 milhões, uma nova redução, desta vez de 66,5% A/A e de 21,1% no trimestre. A queda dessas receitas se intensifica com a recente migração para o regime de autorização, passo importante para a sustentabilidade financeira da companhia. Isso permite reduzir significativamente o número de localidades atendidas. A queda de receita resultante do desligamento das operações legadas é mais do que compensada pela redução dos custos a elas associadas.

CUSTOS E DESPESAS DE ROTINA

R\$ mi	2T25	2T24	Δ A/A	1T25	Δ T/T
Brasil	(782)	(2.208)	-64,6%	(1.879)	-58,4%
Pessoal	(349)	(431)	-19,0%	(412)	-15,4%
Serviços de Terceiros	(429)	(788)	-45,5%	(624)	-31,1%
Manutenção de Rede	(72)	(96)	-24,8%	(104)	-30,8%
Publicidade e Propaganda	(2)	(69)	-96,6%	(24)	-90,2%
Aluguel e Seguros	(212)	(1.015)	-79,1%	(799)	-73,5%
PDD	(6)	(20)	-70,2%	(17)	-64,1%
Contingências, Tributos e Outros	289	211	37,0%	101	186,5%

Os custos e despesas de rotina totalizaram R\$782 milhões no 2T25, apresentando redução de 64,6% A/A e de 58,4% T/T, sendo a conclusão dos M&As no 1T25 os grandes responsáveis por tal desempenho. A maior redução foi na rubrica Aluguel e Seguros, compostos majoritariamente pelo aluguel da infraestrutura de Fibra, que já não mais representa custos para a Companhia desde a venda da ClientCo. Os custos com as rubricas manutenção de rede, publicidade e propaganda e serviços de terceiros também caíram em razão da saída da Fibra e DTH, além da evolução do processo da desmobilização do legado.

As despesas com pessoal registraram R\$349 milhões no trimestre, redução de 19,0% A/A e de 15,4% T/T. Além do impacto positivo do closing da ClientCo, tal desempenho decorre de um processo contínuo de melhoria na alocação de recursos e de otimização de processos na Companhia, incluindo ajustes no quadro de funcionários, que teve uma diminuição de cerca de 2,8 mil colaboradores nos últimos 12 meses.

Despesas com serviços de terceiros somaram R\$429 milhões no 2T25, registrando redução de 45,5% A/A e de 31,1% T/T. Com a venda da TVCo Companhia deixa de ter despesas relativas à aquisição de conteúdo. Soma-se a isso menores custos com administração de estoques, além de custos relacionados ao comissionamento de vendas, sendo estas últimas principalmente em função da venda da ClientCo.

No 2T25, despesas com serviços de manutenção da rede totalizaram R\$72 milhões, redução de 24,8% A/A e de 30,8% T/T. Tanto no comparativo anual quanto trimestral, a redução se deu em razão dos benefícios das ações de eficiência operacional, bem como das ações de desmobilização do legado, em consonância com as previsões regulatórias vigentes.

Os gastos com publicidade e propaganda registraram R\$ 2 milhões no 2T25, representando uma redução de 96,6% na comparação anual e de 90,2% em relação ao trimestre anterior, refletindo, principalmente, a venda da operação de Fibra.

Os custos de aluguel e seguros totalizaram R\$212 milhões no 2T25, uma redução de 79,1% A/A e de 73,5% T/T. Após a venda da UPI ClientCo, a partir de mar/25 a Companhia deixa de ter o contrato de aluguel para uso da infraestrutura de fibra.

As provisões para devedores duvidosos totalizaram R\$6 milhões no 2T25, o que, além do impacto relacionado à venda da ClientCo, demonstra os resultados das iniciativas de cobrança direcionadas, implementadas pela Companhia, de uma política criteriosa e disciplinada de gestão de crédito.

No 2T25, o resultado de contingências, tributos e outros gerou um crédito de R\$289 milhões, valor superior ao registrado no 1T25 e no 2T24. Esse aumento decorre, principalmente, da redução de despesas com aluguel de infraestrutura e da recuperação de valores relacionados a obrigações tributárias.

DO EBITDA AO LUCRO LÍQUIDO

R\$ mi	2T25	2T24	Δ A/A	1T25	Δ T/T
EBITDA de Rotina					
Brasil	(91)	(83)	8,6%	(433)	-79,1%
Margem	(98)	(89)	9,9%	(445)	-78,0%
Operações Internacionais	-14,3%	-4,2%	(10 p.p.)	-31,1%	17 p.p.
Margem	7	6	29,2%	12	-40,3%
Itens não rotina	24,0%	21,5%	2 p.p.	26,4%	(2 p.p.)
	(209)	(234)	-10,8%	3.701	n/a
EBITDA Reportado	(299)	(318)	-5,7%	3.268	n/a
Brasil	(307)	(323)	-5,1%	3.256	n/a
Margem	-44,9%	-15,3%	(30 p.p.)	227,1%	(272 p.p.)
Operações Internacionais	7	6	29,2%	12	-40,3%
Margem	24,0%	21,5%	2 p.p.	26,4%	(2 p.p.)
Depreciação e Amortização	(181)	(267)	-32,3%	(237)	-23,8%
EBIT	(480)	(585)	-17,9%	3.030	n/a
Resultado Financeiro Líquido	(353)	15.645	n/a	(235)	49,9%
IR e Contribuição social	(3)	0	n/a	(1.138)	-99,8%
Resultado Líquido	(835)	15.061	n/a	1.657	n/a

No 2T25, o EBITDA de rotina das operações brasileiras registrou consumo de R\$ 98 milhões, refletindo queda na comparação anual, mas uma importante melhora em relação ao trimestre anterior. Vale destacar que o resultado do 1T25 foi impactado negativamente pelas operações de Fibra até fevereiro de 2025, além de custos e despesas associados à manutenção da rede legada ainda elevados. No 2T25 a companhia continuou avançando nos projetos de desmobilização do legado. A expectativa é que, ao longo de 2025, esse processo seja concluído, com a migração integral da base de clientes para soluções digitais.

Os itens não rotina totalizaram uma despesa de R\$209 milhões no trimestre, sendo composto, principalmente, pela regularização da venda de Imóveis/Torres com ATC, IHS e SBA.

Depreciação e Amortização

As despesas com depreciação e amortização somaram R\$181 milhões no 2T25, apresentando queda de 32,3% A/A e de 23,8% T/T. Essa redução foi justificada pela baixa de ativos após a conclusão dos processos de alienação da ClientCo e TVCo.

Resultado Financeiro

R\$ mi	2T25	2T24	Δ A/A	1T25	Δ T/T
Resultado Financeiro Líquido	(353)	15.645	n/a	(235)	49,9%
Juros Líquidos	(384)	2.331	n/a	(397)	-3,3%
Amortização do Ajuste a Valor Justo	(58)	12.326	n/a	(44)	31,7%
Resultado Cambial	489	2.781	-82,4%	761	-35,8%
Outras Receitas e Despesas	(399)	(1.792)	-77,7%	(555)	-28,1%

No 2T25, a Oi registrou despesa financeira líquida de R\$353 milhões, 49,9% superior em relação ao 1T25. A comparação anual mostra uma forte reversão, uma vez que o 2T24 foi positivamente impactado por receitas financeiras extraordinárias de R\$15.645 milhões decorrentes dos efeitos da novação de dívidas e reclassificações contábeis relacionadas ao processo de Recuperação Judicial aprovado naquele trimestre.

Na análise trimestral, o principal fator de variação foi a linha de “Resultado Cambial”. Este item representou uma receita em ambos os períodos, mas recuou de R\$761 milhões no 1T25 para R\$489 milhões no 2T25, refletindo uma valorização mais moderada do real frente ao dólar no período (+5,0% no 2T25 vs. +7,3% no 1T25). Essa retração foi parcialmente compensada pela melhora na linha de “Outras Receitas e Despesas”, cuja despesa caiu de R\$555 milhões para R\$399 milhões, impulsionada por maiores receitas com juros e variações monetárias sobre ativos e menores despesas com juros e variações sobre passivos.

FLUXO DE CAIXA, INVESTIMENTOS E ENDIVIDAMENTO

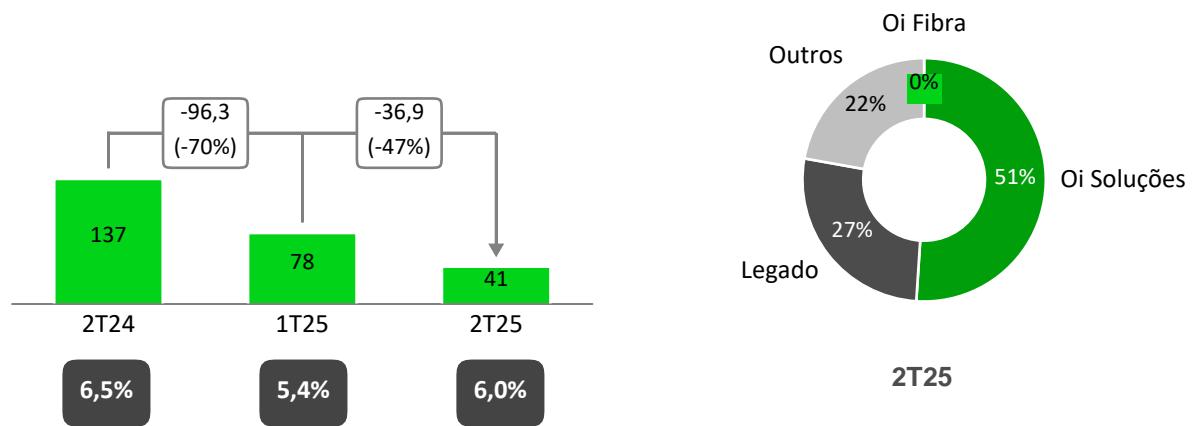
Fluxo de Caixa Operacional

R\$ mi	2T25	2T24	Δ A/A	1T25	Δ T/T
EBITDA de Rotina	(98)	(89)	9,9%	(445)	-78,0%
Capex	41	137	-70,1%	78	-47,3%
EBITDA - Capex (Brasil)	(139)	(226)	-38,6%	(523)	-73,5%

No trimestre, o fluxo de caixa operacional registrou um consumo de R\$139 milhões, inferior ao consumo operacional tanto na comparação anual quanto trimestral. Por mais um trimestre, o consumo via EBITDA de rotina foi parcialmente mitigado pelas eficiências obtidas em capex, possível graças à manutenção de um rigoroso processo de otimização de recursos. Após a venda da operação de Fibra, foi possível uma nova redução no patamar de investimentos da Companhia.

Investimentos

Os investimentos totalizaram R\$41 milhões no 2T25. Além do impacto da venda da ClientCo, com menor investimento relacionado à Fibra a partir de março, a redução de 39% A/A foi resultado da implementação gradual de medidas de eficiências, abrangendo tanto os serviços legados quanto as operações core.



Endividamento & Liquidez

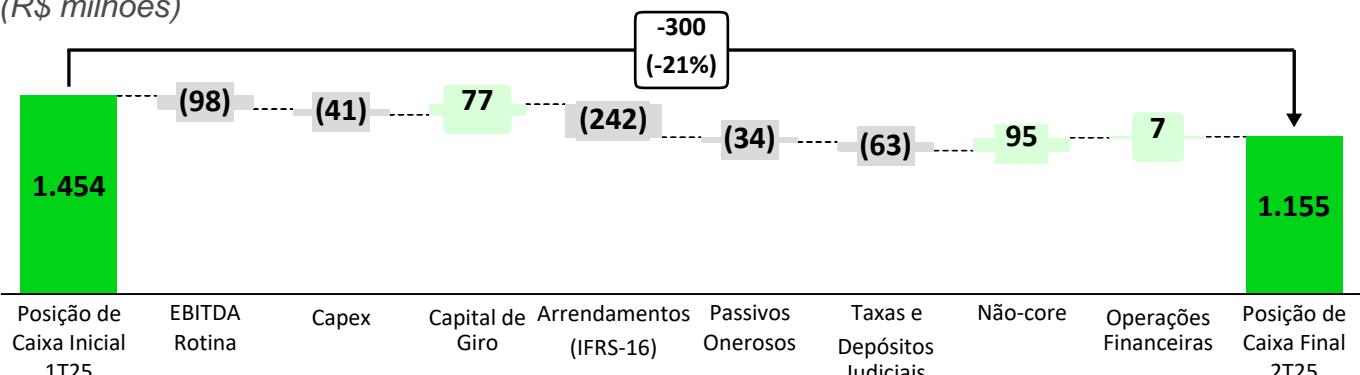
R\$ mi	2T25	2T24	Δ A/A	1T25	Δ T/T
Curto Prazo	8	2.719	-99,7%	213	-96,3%
Longo Prazo	11.181	5.847	91,2%	11.078	0,9%
Dívida Bruta (valor justo)	11.189	8.566	30,6%	11.291	-0,9%
Exposição Moeda Nacional	870	118	634,1%	817	6,5%
Exposição Moeda Estrangeira	10.319	8.449	22,1%	10.474	-1,5%
Swap	-	(1)	-100,0%	-	n/a
Posição de Caixa	1.155	1.917	-39,8%	1.454	-20,6%
Dívida Líquida (valor justo)	10.034	6.649	50,9%	9.837	2,0%

Nota: 1) Considera a contabilização do valor de face das dívidas a custo amortizado e do ajuste a valor justo (AVJ). O AVJ foi calculado no início da dívida reestruturada (2T24), considerando taxas de desconto conforme maturidade das dívidas e amortização não linear.'

No 2T25, o saldo da dívida bruta a valor justo somou R\$ 11.189 milhões, representando uma pequena redução em relação ao trimestre anterior e um aumento de 30,6% na comparação anual. É importante lembrar que ao final do 2T24 já havia ocorrido o impacto positivo da novação das dívidas, conforme aprovado em AGC de abril/24. No entanto, ainda não havia ocorrido o desembolso do Novo Financiamento Terceiros, nem a conversão das Notas de empréstimo do DIP em Novo Financiamento Credores Opção de Restruuturação 1, sendo que o primeiro representou a emissão de R\$ 903 milhões em debêntures e o segundo, a emissão de um *bond* de US\$ 601 milhões. Esses movimentos marcaram a conclusão do processo de reestruturação financeira da Oi, com reforço de liquidez, conforme estabelecido no Plano. Por outro lado, a pequena redução no trimestre é explicada, sobretudo, pela valorização de 5,0% do real frente ao dólar no período, que mais do que compensou a apropriação de juros e amortização do Ajuste a Valor Presente (AVP).

(2T25) R\$ mi	Valor de Face	Ajuste a Valor Justo	Valor Justo
Concursal	30.871	(24.136)	6.734
RollUp Debt (2028-2030)	7.972	(1.996)	5.976
A&E	65	(62)	3
Dívida Participativa	741	(731)	10
Modalidade Geral (2ª RJ)	15.967	(15.771)	196
Oferta Geral (1ª RJ)	6.126	(5.577)	550
Extra Concursal	4.454	-	4.454
Novo Financiamento (2027)	4.404	-	4.404
Bond 2026	48	-	48
Outras	2	-	2
Dívida Bruta	35.325	(24.136)	11.189

Posição de Caixa (R\$ milhões)



O saldo de caixa consolidado somou R\$1,2 bilhão no 2T25, ainda representando um consumo no trimestre. Apesar dos avanços pela conclusão da venda da ClientCo e da evolução do projeto de desligamento do legado, a geração de caixa permaneceu negativa pressionada principalmente pelos custos associados à manutenção da rede de cobre.

Com efeito positivo sobre a posição de caixa, destacam-se as entradas provenientes de operações não core, que somaram R\$95 milhões, impulsionadas principalmente pelo recebimento de antecipação dos direitos creditórios atrelados ao processo relacionado ao PIS/COFINS recolhidos sobre os valores referentes ao perdão de dívidas concedido pelos credores por ocasião da aprovação do primeiro PRJ, do processo do DNIT BTSA, além da venda de imóveis. Adicionalmente, houve contribuições positivas vindo dos itens “operações financeiras” e “capital de giro”. A Companhia segue em negociações com os seus credores e fornecedores, com vistas a endereçar o *funding gap* ainda presente ao longo de 2025.

O total de arrendamentos (IFRS 16), os passivos onerosos e as taxas e depósitos judiciais permaneceram em linha com o trimestre anterior.

Informações Complementares (Oi S.A. Consolidado)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO [COMPARATIVO]

<i>R\$ mi</i>	2T25	2T24	$\Delta A/A$	1T25	$\Delta T/T$
Receita Líquida	714	2.144	-66,7%	1.479	-51,8%
Brasil	684	2.119	-67,7%	1.434	-52,3%
Nova Oi	684	832	-17,7%	631	8,4%
Core - Oi Soluções	342	449	-23,7%	371	-7,6%
Não-core	342	383	-10,7%	260	31,3%
Legado & Atacado	74	222	-66,5%	94	-21,1%
Subsidiárias Nacionais	267	160	66,8%	166	61,0%
Operações Internacionais	30	26	15,8%	45	-34,2%
Custos e Desp. Oper. de Rotina	(804)	(2.228)	-63,9%	(1.912)	-57,9%
Brasil	(782)	(2.208)	-64,6%	(1.879)	-58,4%
Pessoal	(349)	(431)	-19,0%	(412)	-15,4%
Serviços de Terceiros	(429)	(788)	-45,5%	(624)	-31,1%
Manutenção de Rede	(72)	(96)	-24,8%	(104)	-30,8%
Publicidade e Propaganda	(2)	(69)	-96,6%	(24)	-90,2%
Aluguel e Seguros	(212)	(1.015)	-79,1%	(799)	-73,5%
PDD	(6)	(20)	-70,2%	(17)	-64,1%
Contingências, Tributos e Outros	289	211	37,0%	101	186,5%
Operações Internacionais	(23)	(20)	12,2%	(33)	-32,0%
EBITDA de Rotina	(91)	(83)	8,6%	(433)	-79,1%
Brasil	(98)	(89)	9,9%	(445)	-78,0%
Margem	-14,3%	-4,2%	(10 p.p.)	-31,1%	17 p.p.
Operações Internacionais	7	6	29,2%	12	-40,3%
Margem	24,0%	21,5%	2 p.p.	26,4%	(2 p.p.)
Itens não rotina	(209)	(234)	-10,8%	3.701	n/a
EBITDA Reportado	(299)	(318)	-5,7%	3.268	n/a
Depreciação e Amortização	(181)	(267)	-32,3%	(237)	-23,8%
EBIT	(480)	(585)	-17,9%	3.030	n/a
Resultado Financeiro Líquido	(353)	15.645	n/a	(235)	49,9%
Resultado Antes de Impostos	(833)	15.061	n/a	2.795	n/a
IR e Contribuição social	(3)	0	n/a	(1.138)	-99,8%
Resultado Líquido	(835)	15.061	n/a	1.657	n/a

Informações Complementares (Oi S.A. Consolidado)

BALANÇO PATRIMONIAL

<i>R\$ mi</i>	2T25	2T24	1T25
Ativo	18.730	21.582	19.644
Circulante	4.601	7.139	5.243
Caixa e equivalentes de caixa	851	1.582	1.213
Aplicações financeiras	298	326	230
Instrumentos financeiros derivativos	-	3	-
Contas a receber	674	1.733	747
Estoques	34	205	114
Tributos correntes a recuperar	218	272	206
Outros tributos	726	759	695
Depósitos e bloqueios judiciais	837	609	906
Ativo relacionado aos fundos de pensão	1	1	1
Despesas antecipadas	119	1.116	165
Ativos mantidos para venda	8	9	8
Demais ativos	835	523	958
Não Circulante	14.128	14.443	14.402
Aplicações financeiras	5	9	8
Tributos diferidos a recuperar	-	1.136	-
Outros tributos	53	151	61
Depósitos e bloqueios judiciais	2.649	4.015	2.540
Ativo relacionado aos fundos de pensão	-	-	-
Despesas antecipadas	17	628	16
Demais ativos	808	728	881
Investimentos	8.406	3.948	8.486
Imobilizado	1.939	3.451	2.128
Intangível	252	378	281
Passivo e passivo a descoberto	18.730	21.582	19.644
Circulante	7.777	12.298	7.537
Fornecedores	3.114	3.202	2.803
Salários, encargos sociais e benefícios	441	478	465
Instrumentos financeiros derivativos	-	0	-
Empréstimos e financiamentos	8	2.721	213
Tributos correntes a recolher	16	11	13
Outros tributos	720	495	569
Dividendos e juros sobre o capital próprio	5	5	5
Arrendamentos a pagar	857	891	900
Programa de refinanciamento fiscal	66	109	71
Provisões	927	646	813
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda	-	-	-
Demais obrigações	1.622	3.741	1.685
Não Circulante	26.422	24.301	26.739
Fornecedores	2.473	2.514	2.461
Empréstimos e financiamentos	11.181	5.847	11.078
Tributos diferidos a recolher	-	-	-
Outros tributos	2.622	2.503	2.591
Arrendamentos a pagar	555	1.394	783
Programa de refinanciamento fiscal	190	198	191
Provisões	3.925	3.734	3.881
Provisões para fundos de pensão	528	656	701
Provisão para patrimônio líquido negativo	-	-	-
Demais obrigações	4.948	7.456	5.053
Passivo a descoberto	(15.469)	(15.017)	(14.632)

EVENTOS IMPORTANTES DO TRIMESTRE E SUBSEQUENTES

Divulgação de aquisição de participação acionária relevante

Em 29 de maio de 2025, Companhia informou que, em decorrência de operações realizadas em bolsa de valores até o dia 21/05/2025, o Sr. Victor Adler, atingiu participação acionária total correspondente a 15,6599% das ações preferenciais desta empresa, o que corresponde a 247.000 (duzentas e quarenta e sete mil) ações.

Para acessar o Comunicado ao Mercado, [clique aqui](#).

Procedimento para enquadramento da cotação da ação

Em 06 de junho de 2025, a Companhia, informou que recebeu e-mail da B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão (“B3”) solicitando que a Companhia divulgue os procedimentos e cronograma que serão adotados para enquadrar a cotação de suas ações ON em valor igual ou superior a R\$ 1,00, o que deve ocorrer até 19 de novembro de 2025.

Dianete deste fato, a Companhia informou que será submetida ao Conselho de Administração da Companhia alternativas para reenquadrar o valor da ação ao patamar permitido pela B3, na forma da regulamentação vigente, dentre as quais, um eventual novo processo de grupamento de ações para deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária a ser convocada e realizada ainda neste ano e dentro do prazo concedido pela B3.

Para acessar o Fato Relevante, [clique aqui](#).

Capitalização da totalidade dos juros com vencimento em Junho/2025

Em 23 de junho, a Companhia informou que, os credores detentores (i) do valor principal necessário das Notas Sênior Garantidas PIK Toggle de 10.000% / 13.500%, com vencimento em 2027; e (ii) do Instrumento Particular de Escritura da 13^a (décima terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial concordaram em capitalizar ao valor de principal, a totalidade dos juros incidentes sobre os referidos instrumentos, com vencimento em 30 de junho de 2025, o que tem como objetivo preservar a liquidez da Companhia.

Para acessar o Comunicado ao Mercado, [clique aqui](#).

Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial

Em 01 de julho, a Companhia informou que, protocolou, perante o Juízo da Recuperação Judicial, nos autos do processo de recuperação judicial, proposta de aditamento ao Plano (“Aditamento”). A proposta de Aditamento será oportunamente submetida à deliberação da Assembleia Geral de Credores e posterior homologação pelo Juízo da Recuperação Judicial, nos termos da legislação aplicável, podendo, portanto, sofrer ajustes nos seus termos e condições e nas medidas neles previstas.

Para acessar o Fato Relevante, [clique aqui](#).

EVENTOS IMPORTANTES DO TRIMESTRE E SUBSEQUENTES

Pedido de Recuperação Judicial da Serede e da Tahto

Em 03 de julho, a Companhia informou que, foi protocolado o pedido de recuperação judicial de suas subsidiárias Serede – Serviços de Rede S.A. e Brasil Telecom Call Center S.A. (em conjunto, as “Sociedades”), perante a 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, nos termos dos arts. 51 e seguintes da Lei nº 11.101/2005 e do art. 122, parágrafo único, da LSA. O Pedido de Recuperação Judicial integra o processo de reestruturação global do Grupo Oi, em continuidade ao Fato Relevante divulgado pela Companhia em 1º de julho de 2025, e tem por objetivo preservar a continuidade das operações e viabilizar a reorganização econômico-financeira das Sociedades.

Em 30 de julho, a Companhia informou que foi proferido pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, nos autos do referido Pedido de Recuperação Judicial apresentado pelas Sociedades, decisão que determina, pelo prazo inicial de 30 (trinta) dias: a suspensão de todas as ações e execuções movidas contra as Sociedades; a suspensão de qualquer cláusula que estabeleça vencimento antecipado de dívidas e/ou contratos, ou autorize suas rescisões, em razão do estado de crise financeira; e aos fornecedores de produtos e serviços essenciais que não interrompam o fornecimento e não alterem volumes de produtos e/ou serviços prestados.

Para acessar os Fatos Relevantes, [clique aqui](#) e [clique aqui](#).

Pedido de Extinção do Reconhecimento e Encerramento do Chapter 15

Em 07 de julho, a Companhia informou que, o Grupo Oi protocolou, no âmbito dos procedimentos consolidados de Chapter 15 em curso perante o United States Bankruptcy Court – Southern District of New York (Autos nº 23-10193), uma petição requerendo (i) a cessação dos efeitos da decisão proferida em 29 de março de 2023, conforme divulgada pela Companhia via Comunicado ao Mercado na mesma data, reconhecendo, na jurisdição estadunidense, o processo de recuperação judicial nº 0090940- 03.2023.8.19.0001 (“Recuperação Judicial”) como procedimento estrangeiro principal de cada uma das empresas do Grupo Oi, e (ii) o encerramento dos Processos de Chapter 15. A Companhia informa, ainda, que segue avaliando as alternativas existentes para endereçar sua situação financeira atual, as quais, com o encerramento dos Processos de Chapter 15, poderão envolver a adoção de medidas adicionais nos Estados Unidos, incluindo a possibilidade de ajuizamento de processos de reestruturação sob o Chapter 11 do Código de Falências dos Estados Unidos.

Para acessar o Fato Relevante, [clique aqui](#).

Esclarecimentos sobre questionamento da CVM

Em 23 de julho, em atendimento ao Ofício B3 248/2025-SLE, de 22/07/2025, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, que, solicitou informações a respeito das oscilações registradas com os valores mobiliários de emissão entre 09/07/2025 e 22/07/2025, a Companhia esclarece que não há fatos ou atos relevantes que em seu entendimento possam justificar possíveis oscilações atípicas no número de negócios e na quantidade negociada de ações da Companhia, além daqueles que são públicos e foram objeto de ampla divulgação ao mercado.

Para acessar o Fato Relevante, [clique aqui](#).

EVENTOS IMPORTANTES DO TRIMESTRE E SUBSEQUENTES

Redução da participação da Oi na V.tal

Em 12 de agosto, a Companhia informou que, no contexto dos mecanismos de ajuste de preço previstos no âmbito da alienação da UPI Client Co para a V.tal, foi aprovada pela V.tal a emissão de 331.192.973 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em virtude do exercício, pelos acionistas BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund LP e BTG Pactual Economia Real Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Como resultado a participação da Companhia e suas afiliadas no capital votante e total da V.tal passará a ser de, aproximadamente, 27,26%.

Para acessar o Fato Relevante, [clique aqui](#).

Decisão Judicial – Stay Period

Em 13 de agosto, a Companhia informou que, foi proferida pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo da Recuperação Judicial”), nos autos do processo de recuperação judicial nº 0090940-03.2023.8.19.0001 da Companhia e de suas subsidiárias Portugal Telecom International Finance B.V. - Em Recuperação Judicial e Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. - Em Recuperação Judicial, decisão que determina, dentre outros:

(i) a suspensão da exigibilidade das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial relativas a créditos ou obrigações que a Companhia pretende incluir no aditamento ao Plano apresentado em 1º de julho de 2025, impedindo, pelo prazo inicial de 13 de agosto de 2025 a 31 de agosto de 2025, o estabelecimento de constrições sobre o patrimônio da Companhia; e

(ii) a determinação para que a Companhia apresente plano de transição para manutenção da prestação de serviços públicos e, se assim entender, exerça a faculdade prevista na cláusula 4.2.12, “d” do Plano, bem como a intimação da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e do Tribunal de Contas da União – TCU para que se manifestem nos autos, inclusive sobre eventual plano de transição, a fim de evitar solução de continuidade nos serviços públicos prestados.

Para acessar o Fato Relevante, [clique aqui](#).

Proposta de Grupamento de ações

Em 27 de agosto, a Companhia informou que, o Conselho de Administração aprovou a submissão de proposta de grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia (“AGE”), a ser convocada para o dia 29.09.2025, nos termos adiante descritos.

1. Objetivo

A proposta de grupamento tem por objetivo, além do enquadramento da cotação das ações de emissão da Companhia em valor igual ou superior a R\$ 1,00 por unidade, nos termos do artigo 46 do Regulamento de Emissores da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), atrair investidores institucionais e recompor a liquidez através da recolocação no ambiente de bolsa de ações resultantes do

EVENTOS IMPORTANTES DO TRIMESTRE E SUBSEQUENTES

grupamento de frações detidas por acionistas inativos.

2. Fator de grupamento

A administração da Companhia propõe aos seus acionistas o grupamento da totalidade de suas ações, ordinárias e preferenciais, na proporção de 25:1, de forma que cada lote de 25 (vinte e cinco) ações de cada espécie seja grupado em uma única ação da mesma espécie, ordinária ou preferencial.

As American Depository Shares (“ADSs”) que compõem o programa de ADSs para as ações ordinárias não serão objeto do grupamento de ações, de forma que as paridades dos ADSs para as ações ONs locais sofrerão um ajuste. Como consequência, cada ação ordinária passará a representar 5 (cinco) ADSs ON (1 ON : 5 ADSs ON). Quanto às ADSs das ações preferenciais, haverá necessidade de grupamento. Para as ações preferenciais, a administração da Companhia propõe grupamento de tal forma que haja a mesma paridade das ações ordinárias, ou seja, cada ação preferencial seja equivalente a 5 (cinco) ADSs PN (1 PN : 5 ADSs PN).

3. Capital social da Companhia

Caso aprovado o grupamento de ações pela AGE, o capital social da Companhia, atualmente de 330.121.738 ações, passará a ser dividido em 13.137.224 ações, sendo 13.080.643 ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão e 56.581 preferenciais, nominativas e sem valor nominal de emissão.

4. Período para livre ajuste

Caso aprovada a proposta de grupamento em AGE, será concedido prazo, não inferior a 30 dias, para que os acionistas detentores de ações ordinárias e/ou preferenciais que desejarem possam ajustar suas posições de ações, por espécie, em lotes múltiplos de 25 ações, mediante negociação na B3, de forma a permanecerem integrando o quadro acionário da Companhia.

5. Efetivação da operação

As ações da Companhia passarão a ser negociadas grupadas a partir do primeiro pregão subsequente ao encerramento do Período para Livre Ajuste.

6. Procedimento adotado para as frações

Transcorrido o Período para Livre Ajuste, as eventuais frações de ações resultantes do grupamento serão reagrupadas em números inteiros e vendidas em ambiente de Bolsa na B3, em quantos leilões forem necessários para liquidação do montante total,

Para acessar o Fato Relevante, [clique aqui](#).

EVENTOS IMPORTANTES DO TRIMESTRE E SUBSEQUENTES

Prorrogação da Suspensão da Exigibilidade de Obrigações da Oi e de suas Subsidiárias Serede e Tahto

Em 01 de setembro de 2025, a Companhia, informou que no dia 29 de agosto de 2025:

(i) foi proferida decisão pela Primeira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro deferindo a prorrogação da suspensão da exigibilidade das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial aprovado em assembleia geral de credores em 19 de abril de 2024 e homologado por decisão proferida em 28 de maio de 2024 pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Plano”), relativas a créditos ou obrigações que a Companhia pretende incluir no aditamento ao Plano apresentado em 1º de julho de 2025 (“Aditamento”), até que o Aditamento seja apreciado pelo Juízo de 1ª instância; e

(ii) Nos autos do processo de recuperação judicial das suas subsidiárias Serede – Serviços de Rede S.A. e Brasil Telecom Call Center S.A. (em conjunto, as “Sociedades”), foram proferidas decisões pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro que prorrogaram a suspensão da exigibilidade das obrigações reestruturadas das Sociedades até a apreciação do Aditamento

Para acessar o Fato Relevante, [clique aqui](#).

AVISO LEGAL

Informações e Resultados Consolidados

Este relatório contempla informações financeiras e operacionais consolidadas da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi S.A.” ou “Oi” ou “Companhia”) e suas subsidiárias em 30 de junho de 2025 que, seguindo instrução da CVM, estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

Este relatório pode conter projeções e/ou estimativas de eventos futuros. As projeções disponíveis são preparadas de maneira criteriosa, considerando a atual conjuntura baseadas em trabalhos em andamento e suas respectivas estimativas. O uso dos termos "projeta", "estima", "antecipa", "prevê", "planeja", "espera", entre outros, pretende sinalizar possíveis tendências e declarações prospectivas que, evidentemente, envolvem incertezas e riscos, sendo que os resultados futuros podem diferir das expectativas atuais. Estas declarações baseiam-se em diversos pressupostos e fatores, inclusive nas condições econômicas, de mercado e do setor, além de fatores operacionais. Quaisquer alterações nesses pressupostos e fatores podem levar a resultados práticos diferentes das expectativas atuais. Não se deve confiar plenamente nessas declarações prospectivas.

Declarações prospectivas se aplicam somente à data em que foram preparadas, não se obrigando a Companhia a atualizá-las à luz de novas informações ou desenvolvimentos futuros. A Oi não se responsabiliza por operações que sejam realizadas ou por decisões de investimentos que sejam feitos com base nessas projeções e estimativas. As informações financeiras contidas neste documento não foram auditadas, e, portanto, podem diferir dos resultados finais.

Divulgação de Resultados

04 de setembro de 2025

(após o fechamento das
negociações na B3)

[Clique aqui](#)

Conferência de Resultados

05 de setembro de 2025

11:00h

10:00h NY | 15:00h UK

[Clique aqui](#)

Oi – Relações com Investidores

www.oi.com.br/ri

invest@oi.net.br